

Edilson Pereira Nobre Júnior

ATIVISMO JUDICIAL E DIREITOS SOCIAIS

INCLUI:

- Visão amplificada acerca dos direitos sociais sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro e do Direito comparado
- Importante enfoque no Direito à Saúde, especialmente no que toca a sua previsão constitucional

2022



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições Juspodivm

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

N754a

Nobre Junior, Edilson Pereira

Ativismo Judicial e Direitos Sociais / Edilson Pereira Nobre Junior – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

192 p. (Ensaio)

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-442-3757-1

1. Direito Constitucional. 2. Ativismo. 3. Direitos Sociais. 4. Direito Fundamental. I. Nobre Junior, Edilson Pereira. II. Título.

CDD 341.27

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Agradecimentos.....	5
Prefácio.....	7
Uma explicação prévia.....	11
Introdução.....	13
 <i>Capítulo I</i>	
ESTADO DE DIREITO E DIVISÃO DE FUNÇÕES ESTATAIS...	27
1.1. Uma consideração inicial.....	27
1.2. Função legislativa.....	35
1.3. Função administrativa.....	39
1.4. Função jurisdicional.....	41
1.5. Função política ou de governo.....	48
1.6. Uma lição ordenadora.....	54
 <i>Capítulo II</i>	
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS, ESPECIALMENTE OS DIREITOS SOCIAIS.....	57
2.1. Uma ideia e o seu conteúdo.....	58

2.2. Uma ideia no decurso do tempo	64
2.3. Um regime jurídico peculiar	73
2.4. Os direitos sociais e suas singularidades	85
 <i>Capítulo III</i>	
A SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL	105
3.1. A saúde e a sua consagração constitucional	105
3.2. O dever estatal de proteção à saúde no sistema jurídico português	110
3.3. O direito à saúde na constituição brasileira vigente	123
 <i>Capítulo IV</i>	
O DEVER DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO SUS E O ATIVISMO À BRASILEIRA.....	147
4.1. A criatividade judicial e os direitos sociais	148
4.2. A experiência jurisprudencial brasileira e o dever estatal de fornecimento de medicações	158
 SÍNTESE CONCLUSIVA	 171
 AUTORES E OBRAS CITADAS.....	 177